

V ENECULT

QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
27 a 29 de maio de 2009
Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

CULTURA E DESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO DE CELSO FURTADO

Bruno Borja*

Resumo

Partindo de sua Teoria do Subdesenvolvimento, Celso Furtado explora o aspecto cultural do subdesenvolvimento e da dependência, de forma a reafirmar seus principais conceitos e teses. Neste artigo busca-se apresentar brevemente, e em linhas gerais, as reflexões de Furtado sobre as conexões entre cultura e desenvolvimento, realçando as especificidades dos países subdesenvolvidos, onde influi diretamente a dominação cultural exercida pelos países centrais.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento, Dependência, Cultura.

INTRODUÇÃO

“Na medida em que se está compreendendo que o subdesenvolvimento é a manifestação de complexas relações de dominação-dependência entre os povos, e que tende a autoperpetuar-se sob formas cambiantes, as atenções tenderam a concentrar-se no estudo dos sistemas de poder e suas raízes culturais e históricas.” (Furtado, 1983, p.187)

Celso Furtado construiu um vasto e profícuo pensamento sobre as origens e as características do subdesenvolvimento, abarcando em sua Teoria do Subdesenvolvimento outras duas grandes vertentes da economia política latino-americana, sejam elas, o sistema centro-periferia e a dependência. Tal abordagem conjuga uma profunda reflexão sobre a geração, difusão e assimilação do progresso técnico com as raízes históricas e culturais do subdesenvolvimento, sendo a tecnologia uma das vias mais intensas de mudança cultural dos povos. Com isso, soma-se às características típicas das formações subdesenvolvidas mais esta: a influência dos valores culturais dos países geradores de inovações tecnológicas.

Através das empresas transnacionais, que impõem um determinado padrão de consumo; das novas tecnologias da informação e da comunicação, que permitiram acesso quase que irrestrito aos centros difusores dos valores culturais dominantes; e da

* Doutorando do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional do Instituto de Economia – Núcleo de Estudos Internacionais / UFRJ. Pesquisador do Laboratório de Estudos Marxistas José Ricardo Tauile (LEMA) do IE/UFRJ. Email: borja.bruno@gmail.com

indústria cultural, que detém importantíssima contribuição na difusão dos signos e elementos simbólicos da cultura, os países centrais exercem uma dominação cultural sobre os países periféricos. Esta dominação prolonga-se da relação externa entre os Estados nacionais para a relação interna entre as classes que compõem a estrutura de poder, gerando uma cultura da dependência no subdesenvolvimento.

O presente trabalho tem por objetivo resgatar o pensamento de Celso Furtado sobre as conexões entre cultura e desenvolvimento. Partindo de sua Teoria do Subdesenvolvimento, pretende-se fazer uma breve apresentação do aspecto cultural do subdesenvolvimento e da dependência, particularmente no que diz respeito às principais contribuições de cada vertente, sejam elas, os conceitos de dualismo e de modernização, e as teses da burguesia associada e da super-exploração do trabalhador periférico.

Para tanto, seguem-se mais quatro seções além desta introdução. Na primeira busca-se situar a Teoria do Subdesenvolvimento de Celso Furtado no espectro maior da economia política latino-americana; na segunda, apresenta-se a formulação de um sistema de cultura e sua abordagem dialética; na terceira, tem-se uma reflexão sobre a dominação cultural exercida pelos países centrais sobre os periféricos, com seu rebatimento interno na formação de uma cultura da dependência no subdesenvolvimento; por fim, as considerações finais.

I – A ECONOMIA POLÍTICA DO SUBDESENVOLVIMENTO

Pode-se afirmar que, com a fundação da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL – estendendo na região os trabalhos desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas, inaugura-se uma escola de pensamento na América Latina preocupada com as questões do desenvolvimento econômico e com a comparação das distintas trajetórias históricas percorridas pelos países. Tal pensamento toma por unidade de análise fundamental os Estados nacionais, situando os diferentes países estudados dentro de um sistema maior, o sistema mundial, distinguindo as posições geopolíticas e geoeconômicas ocupadas por cada um deles.

Nesta abordagem, destaca-se como elemento primordial de diferenciação dos Estados nacionais o progresso técnico, enquanto um fator determinante na competição estabelecida entre os países do sistema. Alguns dos principais conceitos desta escola de economia política foram elaborados com base no sentido em que se dá a geração, difusão e assimilação do progresso técnico, dentre os quais o famoso, e seminal, centro-periferia. Este estabeleceu um corte entre os países industrializados, onde eram

produzidos bens cuja demanda apresentava grande dinamismo, e os países primário-exportadores, que forneciam matérias-primas e alimentos.

Desta primeira análise, concentrada estritamente no comércio exterior e nos efeitos de longo prazo sobre os termos de intercâmbio entre os países, surgiram outras duas grandes linhas teóricas: o subdesenvolvimento e a dependência, ambas preocupadas em observar e interpretar as características da industrialização ocorrida na América Latina. O subdesenvolvimento se assentaria na incapacidade de difundir o modo de produção e a tecnologia utilizada por toda a economia dos países periféricos, causando a heterogeneidade tecnológica e o desequilíbrio do balanço de pagamentos. Já a dependência se daria na necessidade de adquirir a tecnologia ou assimilar o progresso técnico oriundo do centro do sistema mundial, juntando a isto uma análise das relações entre a burguesia local e a burguesia internacional, destacando o papel submisso desempenhado pelos agentes locais no comando do sistema econômico nacional.

Dentro desta tradição emerge a figura de Celso Furtado, um de seus principais teóricos, cuja obra tenta abarcar numa única teoria, a Teoria do Subdesenvolvimento, as três principais vertentes da economia política latino-americana. Em sua abordagem, Furtado parte do conceito de centro-periferia, desenvolvido pioneiramente por Raúl Prebisch, utilizando-o para diferenciar o posicionamento geoeconômico e geopolítico dos Estados da América Latina e ligando-o à espécie de dependência externa que caracteriza tais países. Assim, a condição periférica e a condição de dependência se tornam dois pilares para uma categoria mais ampla que seria o subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento se funda essencialmente na forma de assimilação do progresso técnico dentro do sistema capitalista mundial consolidado pela Inglaterra após sua Revolução Industrial. Neste sistema instituiu-se uma divisão internacional do trabalho, baseada no princípio das vantagens comparativas e no liberalismo comercial, e esta divisão relegava os países periféricos à qualidade de primário-exportadores, sendo os países centrais os grandes produtores e exportadores da tecnologia dominante. Assim, ao assimilar uma tecnologia elaborada em outras bases históricas e sociais, os países periféricos estariam introduzindo maiores contradições em seu processo de desenvolvimento.

Furtado destaca que existem duas vias de difusão do progresso técnico, a assimilação de produtos finais de consumo e a assimilação de processos produtivos. A condição periférica de primário-exportador qualificava tais países a assimilar o progresso técnico quase que exclusivamente pela via dos novos produtos, uma vez que

o processo produtivo utilizado era baseado nas formas tradicionais de produção, intensivas em mão-de-obra e terra, ambos os fatores em extrema abundância nestes países. Principalmente se tratando de produtos tropicais e minerais, no referido período, o capital estrangeiro privilegiava as atividades comerciais e financeiras, relegando ao segundo plano as atividades produtivas, estas maiormente sob o controle do capital local, o que contribuía para diminuir o fluxo de inovações radicais na produção.

Desta forma, e tendo em vista a integração comercial operada no sistema mundial, o aumento extensivo da produção garantia uma ampliação do excedente suficiente para que os países periféricos pudessem adquirir via comércio exterior os bens de consumo industrializados vindos dos países centrais. Nesta divisão internacional do trabalho, consuma-se a *modernização* das sociedades periféricas, isto é, segundo Furtado¹, a diversificação da estrutura de demanda sem uma contrapartida na estrutura produtiva. A modernização é um dos aspectos mais relevantes da dependência, uma vez que a demanda interna por bens de consumo industrializados não pode ser suprida por produtores também internos e tem que recorrer à importação. Este é o primeiro traço da *dependência tecnológica*, neste momento histórico observada na difusão dos bens de consumo final.

Após a Primeira Guerra Mundial e a Crise de 1929, os países periféricos iniciaram um processo mais intenso de industrialização, como resposta aos choques externos e à desorganização das linhas de comércio internacional. A Industrialização por Substituição de Importações marca um novo período na história dos países periféricos, aprofundando as relações de dependência e, aí sim, alcançando em sua plenitude a condição de subdesenvolvimento.

O caráter substitutivo da industrialização latino-americana se expressa na intenção da produção nacional reproduzir internamente bens similares aos antes importados. Isto implicou não só uma redefinição das decisões de investimento, desviando-se da produção primário-exportadora e rumando para a indústria de bens de consumo para o mercado interno, mas também uma tentativa de assimilar os processos produtivos em operação no centro do sistema mundial. Havia, portanto, a necessidade de mimetizar tanto os produtos finais, como também as estruturas de preços e de custos, para que fosse possível competir em pé de igualdade com as empresas estrangeiras.

¹ Tal conceito perpassa toda sua obra, mas pode ser visto com maior clareza de definição em Furtado (1974), no segundo ensaio, intitulado *Subdesenvolvimento e dependência: as conexões fundamentais*.

Somente com o início da industrialização, as duas vias de difusão do progresso técnico alcançariam com toda a sua força a periferia, aprofundando o quadro da dependência, que passaria a abranger, então, tanto bens de consumo, como bens intermediários e de capital.

O fio condutor desta análise parte do desenvolvimento das forças produtivas, isto é, da interação entre progresso técnico e acumulação de capital. Observado o atraso perante o progresso técnico e a evidente dependência tecnológica, resta observar como a acumulação de capital é entorpecida na periferia, em benefício do centro. Sendo, de imediato, três as principais formas de transferência do excedente gerado: a primeira está na clássica tese de Prebisch sobre a deterioração dos termos de intercâmbio²; a segunda seria o controle do capital estrangeiro sobre as atividades comerciais, em uma primeira etapa, e sobre as atividades produtivas locais, posteriormente; e a terceira, justamente sobre a dependência tecnológica, na medida em que a pauta de importações se torna cada vez mais rígida.

As três contribuem para moldar a forma de utilização do excedente, desviando o potencial de acumulação da periferia para alimentar o pleno funcionamento das indústrias dos países centrais, ou seja, ao fraco dinamismo da demanda externa por bens primários soma-se o fraco dinamismo da demanda interna por bens industrializados, notadamente voltada para a importação. Não se completa, desta forma, o sistema produtivo nacional, sendo de muito difícil substituição a indústria de bens de capital, uma vez que o investimento, tido como a variável chave de todo o sistema, desvia sua demanda potencial para a indústria estrangeira.

Abordado em sua amplitude, o subdesenvolvimento expressa a conjugação da posição periférica com as formas de dependência, configurando um quadro de heterogeneidade estrutural e de desequilíbrio estrutural do balanço de pagamentos. Estas adquirem o caráter estrutural, pois refletem as formas de inserção destes países no sistema mundial e as formas de assimilação do progresso técnico sobre a estrutura interna dos sistemas nacionais, estando ambas essencialmente ligadas à transferência contínua de excedente no sentido periferia-centro.

² Existem várias interpretações sobre a deterioração dos termos de intercâmbio, dentre as quais, as mais difundidas são: as diferenças entre a elasticidade-renda dos bens industrializados e dos produtos primários; a super-exploração do trabalhador na periferia, impedindo que este participe da apropriação dos aumentos de produtividade, maiormente direcionados aos países centrais; e o tipo de concorrência estabelecida entre os produtores primário-exportadores, distinta da observada entre os produtos industrializados. A tese cepalina da deterioração dos termos de intercâmbio, originalmente desenvolvida por Prebisch, está exposta de forma exaustiva em Rodriguez (1981).

O desequilíbrio do balanço de pagamentos está diretamente imbricado à transferência do excedente, pois tanto a deterioração dos termos de intercâmbio e a dependência tecnológica, pelo lado da balança comercial, quanto a remessa de lucros das empresas estrangeiras, pela conta de capital, contribuem para o déficit global do balanço. Já a heterogeneidade tecnológica funda-se na fraca acumulação produtiva da periferia, ou seja, no desvio da utilização do excedente em direção ao consumo de bens importados, ou mesmo produzidos localmente, porém com base na tecnologia desenvolvida pelos países centrais, quando não há, em casos extremos, o controle direto da produção local pelo capital estrangeiro.

A assimilação de novos produtos e novos processos produtivos impõe uma necessidade de acumulação de capital não disponível nos países subdesenvolvidos, impedindo a plena difusão das técnicas. Entre os distintos setores produtivos, e mesmo intra-setores, observa-se freqüentemente uma descontinuidade tecnológica. Porém, mais importante do que isto é o fato do próprio modo de produção capitalista não se difundir por todo o sistema econômico, havendo uma cisão, em nível mais elevado de abstração, entre o setor capitalista e o setor não-capitalista. De forma que um setor encontra-se integrado ao sistema capitalista mundial, consumindo seus produtos e utilizando suas técnicas de produção, na busca da maximização das taxas de lucro; enquanto o outro setor pouco participa do mercado capitalista, produzindo com técnicas rudimentares para o auto-consumo, delineando um setor de subsistência onde se prioriza a simples produção de excedente.

Esta convivência entre modos de produção distintos dentro de um mesmo sistema nacional é o que caracteriza em última instância o subdesenvolvimento. Partindo da dialética e do método histórico-estrutural, são exploradas as relações de interdependência entre o setor capitalista e o setor não-capitalista, como duas partes constituintes de um todo, expresso na economia nacional. Entretanto, a esta análise devem-se juntar as considerações sobre o tipo de inserção deste Estado nacional específico, para situá-lo enquanto um elemento de um todo maior representado pelo sistema mundial.

Logo, o subdesenvolvimento, como uma trajetória histórica distinta, porém contemporânea ao desenvolvimento das principais sociedades industriais, deve ser estudado em seu conjunto, na comparação entre os Estados que constituem o sistema mundial. Pois é na interação dialética entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos que ganhará sentido o processo histórico do sistema como um todo e de suas partes

individualmente. Destarte, é somente na análise da formação dos Estados nacionais, da competição entre Estados nacionais e da conformação do Sistema Capitalista Mundial, que o subdesenvolvimento pode ser apreendido em sua totalidade.

II – POR UMA DIALÉTICA DA CULTURA

A partir do processo de desenvolvimento das forças produtivas, a análise do subdesenvolvimento busca apreender as características da infra-estrutura econômica de um determinado sistema nacional, para então interpretar a interação desta como a super-estrutura política, cultural e ideológica. Trata-se, em última instância, de identificar as formas de produção e de apropriação do excedente e suas repercussões sobre a composição das classes hegemônicas no país. Estabelecida uma hegemonia, esta passaria a nortear os valores culturais e ideológicos, consolidados como expressão da identidade nacional e do interesse comum.

Ocorre nesta cadeia de pensamento um sentido, que tem na produção sua fonte primária de impulso, porém não se deve tomar este sentido como uma *necessidade* do processo histórico. Há, sim, uma série de inter-relações que dão determinado sentido ao processo, sendo também de fundamental importância a força gerada pela super-estrutura, e neste movimento a cultura adquire o caráter de um sistema particular. Assim, deve-se tomar a cultura como mais uma das partes do todo e abordá-la por sua inserção em um sistema maior, sendo ela mesma um sub-sistema próprio.³

O sistema de cultura surge como um dos componentes do sistema nacional e, no estudo do subdesenvolvimento, precisa ser contextualizado dentro do sistema mundial. Entretanto, em seu interior, o sistema de cultura abarca relações que lhe são específicas, entre a cultura material e a cultura não-material: onde a cultura material seria composta pelos bens utilizados tanto para consumo, quanto para produção; e a cultura não-material residiria nas relações sociais de produção, na organização política e social, nos costumes, na religião etc.

“O que existe de fundamental e comum aos dois modelos é a constatação de que, sendo a cultura um conjunto de elementos interdependentes, toda vez que em determinadas condições históricas avança a tecnologia e se desenvolvem as bases materiais, todos os demais elementos serão chamados a justar-se às novas condições, ajustamentos estes que darão origem a uma série de novos processos, com repercussões inclusive sobre a base material.” (Furtado, 1964, p.19)

³ A visão da cultura como um sistema próprio está muito bem tratada em Furtado (1964), particularmente no capítulo 1 (*Reencontro da dialética*) e no capítulo 2 (*O desenvolvimento econômico no processo de mudança cultural*).

O progresso técnico atuaria como uma das mais intensas vias de transformação cultural dos povos, operando contínuas mudanças na base material. Daí em diante se desenrolaria uma onda com amplas repercussões, pois uma nova constelação de bens de consumo e de produção pode implicar também novos processos produtivos, novas relações sociais de produção e novas formas de apropriação do excedente. Mais uma vez, longe de se impor um *determinismo*, ou mesmo um sentido necessário ao processo histórico, uma dialética da cultura apontaria os caminhos pelos quais pode vir a seguir este processo, sendo uma mera constatação histórica os caminhos outrora seguidos.

Mais particularmente, no estudo do subdesenvolvimento cabe ressaltar o papel central do progresso técnico enquanto elemento de distinção entre os Estados nacionais e seu fluxo contínuo, aí sim, com sentido claramente definido, rumando do centro para a periferia. Tal sentido, além de impor uma transferência de excedente em contrapartida, como exposto anteriormente, também impõe a assimilação de parte de uma trajetória histórica de desenvolvimento alheia ao sistema nacional periférico.

A tecnologia elaborada no centro do sistema mundial carrega consigo o resultado de um processo particular, onde influem de forma incisiva os elementos da cultura não-material.⁴ Os bens produzidos em determinado sistema nacional, seja para consumo ou para produção, possuem em sua genética os valores culturais moldados pelas classes hegemônicas dentro deste Estado nacional específico, em virtude do interesse comum consolidado e da identidade nacional estabelecida.

Ao assimilar este progresso técnico exógeno, o sistema nacional periférico pode sofrer prolongadas transformações, dentre as quais a mais marcante talvez ocorra nas formas de produção, apropriação e utilização do excedente. Todavia, nunca é demais lembrar que, se tratando de um sistema interligado, tais transformações viriam fatalmente a repercutir sobre o sistema de cultura, através da possível cadeia de causalidade já apontada. Com isso, soma-se às características típicas das formações subdesenvolvidas mais esta: a influência dos valores culturais dos países geradores de inovações tecnológicas.

“O controle do progresso tecnológico e a possibilidade de impor padrões de consumo, da parte de certas economias, passa a condicionar a estruturação do aparelho produtivo de outras, as quais se tornam ‘dependentes’. Essa estruturação se processa de forma a permitir que uma minoria dentro do subsistema dependente esteja em condições de reproduzir os

⁴ “Falar de difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse caso é uma forma de viver, o que implica a desarticulação do sistema de valores preexistente na sociedade receptora das novas técnicas.” (Furtado, 2000, p.45)

padrões de vida de prestígio criados nos subsistemas dominantes. Assim, na economia dependente existirá, sob a forma de um 'enclave' social, um grupo culturalmente integrado nos subsistemas dominantes. O dualismo tem, portanto, desde o início uma dimensão cultural, a qual se traduz, em termos econômicos, numa descontinuidade na 'superfície' da procura. É a industrialização 'substitutiva de importações', conforme vimos, que transfere essa descontinuidade para a estrutura do aparelho produtivo." (Furtado, 1983, p.183)

A incapacidade de difundir plenamente o progresso técnico nos países subdesenvolvidos, calcada na insuficiente acumulação produtiva, gera o, já exposto, dualismo estrutural. A coexistência de dois modos de produção distintos dentro de um mesmo sistema econômico, um capitalista e outro não, pode ser interpretada como uma ruptura também no sistema de cultura. Uma vez que o setor capitalista mimetiza a civilização material característica dos países desenvolvidos, incorporando parte de seus bens de consumo e de produção, abre-se a possibilidade para assimilar conjuntamente parte de sua cultura não-material.

Instaura-se, então, como parte do dualismo estrutural, um **dualismo cultural**, ou seja, haveria uma profunda cisão entre o setor capitalista e o setor não-capitalista também expressa nas diferentes culturas, material e não-material, que competem a cada um. Ao tentar seguir uma cultura material surgida de outra formação histórica, onde o grau de acumulação é muito mais elevado, acentua-se, no subdesenvolvimento, a tendência à concentração de renda típica do modo de produção capitalista. Esta maior concentração de renda permite que as classes dominantes destes países sigam o caminho da modernização, acompanhando a evolução dos padrões de consumo das elites dos países desenvolvidos, tendo, porém, como contrapartida uma ampliação do abismo social que separa os incluídos no sistema capitalista de produção de seus excluídos.

III – DOMINAÇÃO CULTURAL E A CULTURA DA DEPENDÊNCIA

Historicamente, várias foram as formas de dominação observadas na relação entre os distintos povos. No que concerne ao subdesenvolvimento e ao sistema mundial consolidado após a Revolução Industrial Inglesa, estas formas se estendem desde a dominação político-militar dos grandes impérios europeus e suas relações metrópole-colônia, até a dominação comercial, tecnológica e financeira característica das relações entre Estados nacionais independentes, que vieram a se polarizar entre desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Tais formas de dominação evoluíram ao longo do processo de formação dos Estados nacionais e do próprio sistema mundial. Na segunda metade do século XX, se destacaram as funções desempenhadas pelas empresas transnacionais e pela integração dos mercados financeiros como os principais meios pelos quais se prolongou a dominação internacional. Principalmente pelo fato de reduzir nos Estados subdesenvolvidos a autonomia dos centros nacionais de decisão, sendo a coordenação interna da atividade econômica subjugada aos desígnios do capital estrangeiro e de seus países de origem.

O fenômeno comumente chamado de “globalização” tratou de impor aos Estados componentes do sistema mundial uma uniformização dos modos de vida e dos padrões de consumo. Ou mais precisamente: muito antes de uma uniformização, houve, sim, a difusão de determinada cultura, a cultura do centro hegemônico do sistema, claramente representado pelos Estados Unidos da América. Neste processo ganha elevado destaque a presença das empresas “transnacionais” norte-americanas em todo o sistema, além das novas tecnologias da informação e da comunicação, que permitiram acesso quase que irrestrito aos centros difusores dos valores culturais dominantes.

Particularmente na periferia, a presença das transnacionais intensificou a padronização do consumo, impondo a introdução de crescentes fluxos de novos produtos e novos processos produtivos elaborados no centro do sistema. Cabe ressaltar a força da propaganda e dos meios de comunicação de massa como instrumentos de insuflação ao consumo, bem como a grande repercussão da indústria cultural dominante nos países subdesenvolvidos. A indústria cultural, basicamente constituída pelas atividades culturais que realizam a reprodução de matrizes em larga escala – cujo núcleo central seria composto pela indústria cinematográfica e audiovisual, pela indústria musical e fonográfica, e pela indústria literária e editorial – detém importantíssima contribuição na difusão dos signos e elementos simbólicos da cultura, completando, assim, o quadro da **dominação cultural** exercida pelos países desenvolvidos.

As transformações delineadas nas economias periféricas ao longo da história estiveram sempre intimamente ligadas à forma de inserção destes países no sistema e às formas de dominação que lhes foram impostas. Partindo da atividade primário-exportadora, passando pela substituição de importações e chegando à abertura ao capital estrangeiro, tais países tiveram como fio condutor de seu desenvolvimento a adaptação interna dos grandes movimentos na evolução estrutural dos centros dominantes. E esta

dominação, que atinge a esfera cultural, prolonga-se da relação externa entre os Estados nacionais para a relação interna entre as classes que compõem a estrutura de poder.

“Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo de produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o processo da circulação (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais, conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes. Certo, o conhecimento da matriz institucional que determina as relações internas de produção é a chave para compreender a forma de apropriação do excedente adicional gerado pelo comércio exterior; contudo, a forma de utilização desse excedente, a qual condiciona a reprodução da formação social, reflete em grande medida o processo de dominação cultural que se manifesta ao nível das relações externas de circulação.” (Furtado, 1974, p.80-81)

Furtado explora muito bem o lado cultural da relação dominação-dependência, porém se restringe à análise da utilização do excedente para consumo final, derivando daí reflexos sobre a cultura material e dela até a não-material. Contudo, muito além dos padrões de consumo, também a tecnologia empregada nos processos produtivos e a propriedade da produção pertencente ao capital estrangeiro implicam mudanças culturais de profundo alcance, marcadamente as mudanças ocorridas nas relações sociais de produção.

No mercado de trabalho do setor capitalista da economia periférica institui-se um padrão de concorrência norteado pelas exigências demandadas pelas empresas transnacionais. O trabalhador que pretende se inserir neste mercado deve atingir um mínimo de qualificações profissionais, ou então ficará relegado à margem da sociedade, operando no setor não-capitalista. O controle do capital e da tecnologia por agentes externos impõe um padrão “socialmente necessário” ao trabalhador periférico, um padrão que também é alheio à formação subdesenvolvida.

Portanto, não só pelo consumo se desenrola uma mudança cultural com a assimilação de uma base material estrangeira, mas concomitantemente observa-se uma mudança que tem origem na introdução de processos de trabalho típicos dos países centrais. Para muito além da simples base material, isto implica transformações em diversas áreas da cultura, dentre elas a educação e a formação nas instituições de ensino. Somando ainda, como já argumentado, as alterações na estrutura de poder e nas organizações políticas, percebe-se que a dominação cultural atinge amplamente as sociedades subdesenvolvidas.

As teses da burguesia associada encontram aí sua razão última de ser, pois é pela dominação cultural que a burguesia local se identifica mais com a grande burguesia internacional do que com as raízes culturais de seu país. Identifica-se cultural e ideologicamente, e trata de transferir para suas relações internas estes valores culturais e ideológicos, de forma que o poder hegemônico no sistema mundial ganha com isso legitimidade e aceitação dentro da periferia, que vê no centro os verdadeiros representantes do interesse comum.

“A iniciativa se mantém com os interesses externos, cuja atuação ganha flexibilidade e eficácia à medida que se apóia em agentes locais. Esse tipo de burguesia surgida da inserção no sistema de divisão internacional do trabalho tende a identificar-se cultural e ideologicamente com o centro, operando a parte do excedente que lhe corresponde como instrumento da aculturação. Nessas circunstâncias, o processo de modernização alcança máxima intensidade.” (Furtado, 2000, p.79)

As grandes desigualdades de renda que são características dos países subdesenvolvidos deixam à mostra as diferenças entre o padrão de consumo das elites e das massas da população. Entretanto, deve-se atentar para um fato de muito maior alcance – que inclui a modernização, mas a transcende – que se manifesta na conformação de uma **cultura da dependência**, onde esta abarca: as formas de produção, apropriação e utilização do excedente; a estrutura de poder; as relações sociais e a sociabilidade num sentido amplo.

As classes internas dominantes nos países subdesenvolvidos, ao seguirem o caminho da modernização e assimilarem o padrão de consumo das elites centrais, impõem ao setor capitalista todo um sistema de cultura distinto do setor não-capitalista. Aprofunda-se o dualismo estrutural e a concentração de renda, pois, dada a fraca acumulação retida na periferia, a concentração surge como uma necessidade para a manutenção da produção e do consumo de bens originários de países com níveis muito maiores de acumulação.

Tem-se aqui o reflexo da cultura da dependência na formação dos salários. Sendo estes balizados pelo nível de subsistência, supõe-se que devam estar diretamente referidos ao sistema de cultura. Para que seja definido o que é produção excedente e o que é produção necessária, precisa-se estabelecer um patamar mínimo que garanta a reprodutibilidade da força de trabalho. Este mínimo só poderia ser delimitado dentro de um determinado sistema de cultura, porém, no caso específico do subdesenvolvimento, o próprio sistema de cultura encontra-se dividido. Desta forma, não só o excedente estrutural de mão-de-obra comprime os salários, mas também o fato do nível de

subsistência ser determinado em outras bases culturais, que não as do setor capitalista de produção, mas sim as do setor não-capitalista.

“Se o excedente está na base de tudo que despênde uma sociedade fora da satisfação de suas necessidades essenciais, o problema de como medi-lo limita-se à definição das referidas necessidades. É natural que essa definição não possa ser feita sem certa margem de arbítrio, pois, fora de limites muito estreitos, as necessidades humanas não possuem realidade objetiva independente de certo contexto cultural. Por toda parte é o sistema de dominação social que configura o perfil de distribuição de renda.” (Furtado, 2000, p.47)

Apresenta-se, mais uma vez, a corroboração de outra tese clássica da dependência, qual seja, a da super-exploração do trabalhador na periferia. Se no modo de produção capitalista de maneira geral observa-se uma tendência à concentração e à centralização do capital, nos países subdesenvolvidos tal tendência é extrapolada, tendo em vista as contínuas transferências de excedente para o centro do sistema e a cultura da dependência gestada em seu interior.

O dualismo estrutural, por sua vertente cultural, conduz as classes dominantes dos países periféricos a se identificarem mais com os valores culturais e ideológicos do centro do que com os valores próprios de seu país. Não há uma identidade que subsidie a formação de uma burguesia nacional, sendo esta muito mais burguesia do que nacional. Assim, as classes internas controladoras do poder e do capital esforçam-se em operar a super-exploração do trabalhador periférico em nome da manutenção de valores alheios à realidade nacional.

Partindo desta construção, poderia ser levantada a hipótese de que, tendo em vista a dominação cultural imposta pelo centro do sistema mundial e a cultura da dependência instituída internamente pelas classes dominantes, se torna muito mais complexa nos países subdesenvolvidos a consolidação de uma identidade nacional e de um interesse comum. De forma que tal fato acabaria por inviabilizar a elaboração e a realização de um projeto nacional de desenvolvimento que priorizasse a autonomia dos centros nacionais de decisão e objetivasse a superação do subdesenvolvimento.

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Celso Furtado foi um dos principais fundadores da economia política latino-americana e, como representante de tal escola, sempre esteve atento às especificidades dos países subdesenvolvidos. Seguindo esta tradição, focou seu estudo na interação entre os países centrais e periféricos, particularmente no que concerne aos efeitos do

comércio exterior e da difusão do progresso técnico sobre as formações sócio-econômicas destes países.

Ao longo de sua obra buscou ampliar o escopo de análise para além do campo imediato do economista, agregando fontes de outras ciências sociais para desenvolver um sólido trabalho sobre o aspecto cultural do subdesenvolvimento e da dependência, tratando de corroborar seus principais conceitos e teses. Assim, apresenta um esboço do que seria um sistema de cultura e suas particularidades nos países periféricos, onde influi diretamente a dominação cultural exercida pelos países centrais.

Partindo de Furtado, pode-se traçar um caminho para reafirmar a atuação das forças produtivas (acumulação e progresso técnico) sobre a infra-estrutura econômica e desta sobre a superestrutura política, ideológica e cultural. Do mesmo modo, também se ressalta a atuação da cultura material difundida pelos países centrais sobre a cultura não-material dos países periféricos. No entanto, deve-se notar que Furtado se manteve preso ao seu instrumental analítico e a sua matriz teórica ao não propor, nem avaliar, a possibilidade do caminho inverso. Ou seja, não se deteve na análise da atuação das relações sociais de produção sobre a infra-estrutura econômica, sendo esta preponderantemente determinada pelas forças produtivas; nem da cultura não-material sobre a cultura material – onde incide diretamente a gestação de uma cultura da dependência própria dos países subdesenvolvidos.

Embora seja um ponto de partida fundamental para o estudo das conexões entre cultura e desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, Furtado apresenta lacunas em suas reflexões, lacunas que devem ser criticadas e, na medida do possível, preenchidas. Como sempre se empenhou em fazer, Furtado ainda segue sendo referência neste campo de estudo e segue apontando os caminhos a serem trilhados na análise das especificidades do subdesenvolvimento – mesmo que o faça através de suas deficiências.

BIBLIOGRAFIA

⇒ BIELSCHOWSKY, R. **Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL – uma resenha**. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.), *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

⇒ BOTELHO, I. **Dimensões da cultura e políticas públicas**. In: *São Paulo em Perspectiva*, vol.15, n.2. São Paulo: Abr/Jun, 2001.

- ⇒ CARDOSO, F.H. & FALETTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 7ª edição, 1984.
- ⇒ FIORI, J.L. **Formação, Expansão e Limites do Poder Global.** In: FIORI, J.L. (Org.) *O Poder Americano.* Petrópolis: Editora Vozes, 2ª edição, 2005.
- ⇒ FURTADO, C. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.
- ⇒ _____. **Dialética do Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- ⇒ _____. **Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ⇒ _____. **A Hegemonia dos Estados Unidos e o Subdesenvolvimento da América Latina.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- ⇒ _____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- ⇒ _____. **Prefácio a Nova Economia Política.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- ⇒ _____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ⇒ _____. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- ⇒ _____. **Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- ⇒ MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- ⇒ _____. **O Capital.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 20ª edição, 2002.
- ⇒ OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista / O Ornitorrinco.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- ⇒ PAULA, J.A. de. **História e Cultura no Pensamento de Celso Furtado.** In: SABOIA & CARVALHO (Orgs.), *Celso Furtado e o século XXI.* Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- ⇒ RORIGUEZ, O. **Teoria do Subdesenvolvimento da CEPAL.** Rio de Janeiro: Editora Forense-universitária, 1981.